



Corrente Proletária NA EDUCAÇÃO

☎ (11) 95446-2020 | pormassas.org | @massas.por | anchor.fm/por-massas

Corrente Sindical do Partido
Operário Revolucionário

**Membro do Comitê de Enlace
pela Reconstrução da
IV Internacional**

cpe.ufabc@gmail.com

Ano II – Nº 13 – 8 de agosto de 2023

Em defesa da jornada de trabalho de 30h para todos os TAEs!

Historicamente, os técnico-administrativos em educação lutam pela jornada de trabalho de 30h, e contra o controle eletrônico de frequência. Infelizmente, a luta por essas reivindicações vêm sendo abandonada pelas direções sindicais em função da adaptação ao Programa de Gestão e Desempenho (PGD).

Decretado pelo Governo Bolsonaro e mantido pelo Governo Lula, o PGD é uma medida de flexibilização capitalista do trabalho, que ataca a jornada de trabalho, substituindo o controle do horário de trabalho pelo controle de atividade/produzividade, precedendo a contrarreforma administrativa no âmbito do funcionalismo federal.

Tal como a terceirização, o PGD divide os trabalhadores e prejudica o funcionamento dos serviços públicos, sobretudo das instituições federais de ensino (IFEs). Ocorre que o PGD, que oficializa o trabalho remoto, tem comparecido como uma saída individual para muitos servidores, diante do quadro de arrocho salarial, jornada de trabalho exaustiva, controle eletrônico de frequência, desigualdades diversas, e crise de direção.

No final de julho, o Governo Lula publicou uma Instrução Normativa (IN) sobre o PGD, na qual, dentre outras medidas, elimina o controle de frequência e assiduidade para os servidores aderentes. Antes disso, o Governo se recusou a revogar a IN que impõe o controle eletrônico de frequência. Com isso está incentivando a adesão ao PGD e mantendo o controle eletrônico de frequência para os demais trabalhadores.

Informe sobre a Plenária Nacional da FASUBRA

A PN da FASUBRA mais recente ocorreu nos dias 15 e 16 de julho. O informe de que a Direção Nacional (DN) aceitou de bom grado a recusa do Governo em fazer o “revogaço”, uma das principais reivindicações do funcionalismo federal, deu o tom à Plenária, que concluiu reforçando o governismo. Sobre revogar as medidas (Decretos, Instruções Normativas, etc.) anti-sindicais e anti-populares aplicadas pelo Governo Bolsonaro, a DN se dispôs a atender a orientação do novo governo de propor normativas alternativas – as quais sequer serão avaliadas pelas bases.

Os itens pendentes do XXIV ConFASUBRA tomaram a maior parte do tempo da Plenária. Isso porque a DN colocou em votação apenas o que estava no ‘Relatório do Plano de Lutas a ser aprovado na Plenária Estatutária da FASUBRA que acontecerá nos dias 15 e 16 de Julho em Brasília’, mesmo diante da solicitação da CPE para que também se votasse nossas propostas aprovadas no GT 5 do Congresso. As pautas de luta não são levadas a sério pela DN. Basta observar que mesmo as pautas de luta aprovadas no Congresso, como a organização de caravanas no dia da votação do arcabouço fiscal no Senado, não foram encaminhadas.

A discussão sobre o Programa de Gestão e Desempenho (PGD) foi protelada outra vez, ficando para ser tratada na próxima Plenária Nacional, quando o governo federal terá publicado uma nova Instrução Normativa (IN). Em 28 de julho, mesma data da nova IN sobre o PGD, a DN publicou o Informe de Direção (ID) N.º 6, de Julho de 2023, encaminhando a Proposta de Decreto do Sistema de Planejamento e Gestão de Desempenho (SPGD) das Instituições Federais de Ensino, criada pelo GT Carreira da FASUBRA, a fim de subsidiar os debates sobre o tema junto às reitorias, ao menos onde o nefasto PGD ainda não foi implementado.

O ponto sobre conjuntura expressou como as distintas forças políticas, como CUT/PT, Travessia-TAEs na Luta/Psol, CTB/PCdoB, MLC/UP e UC/PCB, estão pela sustentação do governo burguês de Lula/Alckmin. Durante a discussão, uma delegada ligada a UNIR (PT/CUT) interveio defendendo o arcabouço fiscal e criticando os lutadores sob a alegação de que ninguém organizou a luta nos últimos cinco anos e agora falam até em greve. Diversos delegados rechaçaram essa fala ressaltando que em diversas bases houve mobilização e até greve durante a pandemia, apesar da FASUBRA. Outra crítica que

Os servidores que possuem jornada de trabalho flexibilizada e já realizam 30h serão justamente aqueles que obrigatoriamente continuarão submetidos ao controle de frequência. Esses servidores compõem equipes das IFEs que possuem jornada de trabalho de 30h para que possam funcionar nos diferentes turnos (manhã, tarde e noite) e realizar atendimento presencial ininterrupto de no mínimo 12h. A tendência é de que parte desses servidores optem por sair da jornada de 30h e adiram ao PGD.

Desde o Decreto de Bolsonaro e da implementação do PGD na UFABC, observamos o esvaziamento de diversos setores e o comprometimento do pronto atendimento. Essa situação prejudica o conjunto da comunidade universitária, mas sobretudo estudantes e visitantes que precisam resolver problemas prontamente e, muitas vezes, não conseguem. Com o avanço do PGD, a situação deve piorar. Acontece que há anos a burocracia universitária na UFABC restringe o conceito de atendimento ao público, limitando as 30h a poucas equipes, ao mesmo tempo que prontamente implementa o PGD.

Está claro que a luta em defesa da universidade pública e, portanto, do seu pleno funcionamento, obriga exigir a revogação do PGD e a implementação geral da jornada de trabalho de 30h semanais para os técnico-administrativos em educação. Que as assembleias do SinTUFABC, da ADUFABC e do DCE-UFABC se posicionem contra o PGD, e a favor da jornada de trabalho de 30h para os TAEs!

dividiu o plenário foi com relação à Mesa Nacional de Negociação Permanente (MNNP), vista como uma mesa de enrolação pelo governo, e de aceitação pelas direções.

O encaminhamento da discussão sobre conjuntura consistiu na votação entre duas propostas de texto: uma defendida pelos governistas e outra pela delegação da força política Unidade pra Lutar, que defende a independência política da FASUBRA diante dos governos burgueses e as reivindicações próprias dos trabalhadores. Os textos sequer foram apresentados ao plenário, de forma que a votação se deu com base nas defesas orais no plenário, vencendo o texto governista “Por uma Frente Única para lutar contra a extrema direita e avançar nas conquistas”, publicado, com revisão, no ID N.º 7, de Julho de 2023.

Houve uma pressão dos TAEs na Luta/Travessia para incluir a Reestruturação da Carreira na pauta, que não foi acatada pela mesa.

Infelizmente, a delegação da CPE e do SinTUFABC não puderam acompanhar o ponto sobre a Campanha Salarial, pois o horário das passagens de retorno foram compradas para antes do fim efetivo da plenária. No entanto, durante a intervenção sobre Conjuntura a CPE denunciou que a reposição relativa à campanha salarial de 2023 foi aprovada pelas bases sob a condição de iniciar imediatamente a campanha salarial de 2024, porém nada foi feito e agora a FASUBRA está sendo arrastada. Isso porque o SINASEFE, que também representa os técnico-administrativos em educação, já aprovou a reivindicação do parcelamento das perdas salariais, levada para o FONASEFE e entregue ao governo. Além disso, em seu Boletim entregue aos delegados, a CPE defendeu a reposição integral e imediata das perdas salariais, sem parcelamento. A aprovação dessa linha obrigaria a DN da FASUBRA a defender, no interior do FONASEFE, a reposição integral e imediata das perdas salariais.

Em relação ao calendário de lutas, aprovou-se dias de mobilização nos dias 25/07 e 04/08, quando estavam marcadas as reuniões da MNNP, sendo rejeitada a proposta de paralisação.

Por fim, destaca-se que a delegação do SinTUFABC ligada ao grupo Lutar com Independência teve uma participação ativa em toda a Plenária, intervindo nos diversos itens da pauta. Também propusemos uma moção de repúdio à Reitoria da UFABC, que foi aprovada, em função da política burocrática de não realizar os devidos procedimentos relativos à perícia médica e cortar o salário de uma servidora lactante.